

EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EDUCATION AS A SUSTAINABLE DEVELOPMENT STRATEGY

Samantha Ribas Palazzo^{1*}, Gilson Batista de Oliveira²

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, PR, Brasil, samantharibass@live.com

² Doutor, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, PR, Brasil, gilson.oliveira@unila.edu.br

* Autor de correspondência

Resumo

Este artigo analisa a importância da educação como estratégia de desenvolvimento sustentável (ODS) com base na literatura econômica e nas Metas de ODS da ONU. Economistas reconhecem a educação como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento nacional, oferecendo vantagens econômicas e sociais. A ODS 4 destaca a necessidade de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade ao longo da vida para todos. A educação é vista como um meio de acesso a empregos melhores, redução de desigualdades e estímulo ao desenvolvimento tecnológico. Estudos de caso, como a implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu, demonstram seu impacto não apenas econômico, mas também social e cultural. Portanto, é fundamental que economistas, governantes e autoridades priorizem investimentos em educação como parte integrante de seus planos de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Educação. Desenvolvimento Sustentável. Metas.

Abstract

This article examines the importance of education as a strategy for sustainable development based on economic literature and the United Nations' Sustainable Development Goals (SDGs). Economists recognize education as an effective strategy for national development, offering economic and social advantages. SDG 4 highlights the need for inclusive, equitable, and quality education for all throughout life. Education is seen as a pathway to better jobs, reducing inequalities, and fostering technological development. Case studies, such as the implementation of the Federal University of Latin American Integration (UNILA) in Foz do Iguaçu, demonstrate its impact not only on the economy but also on social and cultural aspects. Therefore, it is essential for economists, policymakers, and authorities to prioritize investments in education as an integral part of their sustainable development plans.

Keywords: Education; Sustainable Development; Goals.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades e os problemas econômicos e sociais decorrentes da estrutura do capitalismo são constantes na história. Na verdade, o desequilíbrio entre diferentes grupos levou filósofos, como Karl Marx¹, por exemplo, a refletir sobre as condições sociais e econômicas que apontam para uma permanente dissimetria entre os indivíduos.

Não bastassem as crises inerentes ao sistema liberal, a pandemia de COVID-19 abalou ainda mais a já frágil economia mundial. A alta taxa de transmissibilidade da doença, somada à sua sólida mortalidade, levou os governos nacionais a criarem protocolos de isolamento social e fechamento de estabelecimentos², levando grande parte da população produtiva a permanecer em casa. Como consequência dessas ações, uma grave instabilidade econômica atingiu os países, levando o capitalismo a uma das maiores crises dos últimos tempos.

Em um contexto global marcado por desigualdades sociais persistentes, a referência a uma política econômica que exacerbasse a concentração da riqueza e não combatesse as disparidades socioeconômicas é crucial para a compreensão dos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Políticas econômicas que priorizam o crescimento econômico sem considerar medidas de redistribuição de renda e de promoção da justiça social têm sido associadas a um aumento da desigualdade, onde os benefícios do desenvolvimento muitas vezes são concentrados nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto muitos permanecem à margem, sem acesso adequado a recursos e oportunidades (ONU, 2020).

Segundo prognósticos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2020 ocorreria um aumento da taxa de extrema pobreza para 12,5%, enquanto a taxa de pobreza atingiria 33,7% da população, um acréscimo de 22 milhões de pessoas em relação a 2019 (Cepal, 2021). No Brasil, segundo relatório divulgado pelo Banco Mundial, a pandemia atingiu de forma mais intensa as classes mais pobres. Para remediar esse problema, o governo federal criou programas assistenciais, como o Auxílio Emergencial, que ajudaram a conter o aumento desse índice (World, 2022).

Todavia, esses números por si só não capturam a totalidade da crise que atingiu os brasileiros. O mesmo relatório do Banco Mundial expõe que houve uma forte deterioração do mercado de trabalho, resultando em uma significativa diminuição da renda domiciliar. Um dos fatores que contribuíram para isso foi o fechamento de estabelecimentos e empresas nos quais não foi possível migrar para o trabalho remoto, causando demissões e reduções salariais.

Além disso, as consequências da crise pandêmica também afetaram crianças e adolescentes. Com o fechamento das escolas e a diminuição da renda familiar, observa-se um esvaziamento das instituições públicas de ensino, levando 27,8% das crianças das regiões Norte e Nordeste a evadir ou não se matricular nas escolas (World, 2022).

Diante dessa realidade, este artigo pretende apresentar os autores que veem o liberalismo como um sistema defeituoso e propenso a crises.

¹ Um exemplo dessas interpretações encontra-se no materialismo histórico desenvolvido por Marx principalmente em dois livros. Cf: MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010; MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

² Essas medidas foram incentivadas pela própria Organização Mundial da Saúde (OMS). Cf: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/30/oms-reforca-que-medidas-de-isolamento-social-sao-a-melhor-alternativa-contr-o-coronavirus.ghtml>

A problemática reside na necessidade premente de conscientização e capacitação da população para lidar com os desafios socioambientais enfrentados pelo mundo atualmente. A falta de acesso à educação de qualidade e de programas educacionais voltados para a sustentabilidade limita a capacidade das sociedades de compreender e agir de maneira proativa diante das questões ambientais, sociais e econômicas. Sem uma base educacional sólida, os indivíduos e as comunidades enfrentam dificuldades para adotar práticas sustentáveis em suas vidas cotidianas, contribuindo assim para a perpetuação de padrões insustentáveis de consumo e produção. Portanto, a educação desempenha um papel fundamental na transformação de mentalidades e na capacitação das pessoas para agir como agentes de mudança em direção a um futuro mais sustentável.

É feita uma revisão de literatura, que será realizada por meio de consultas a bases de dados acadêmicas, como PubMed, Scopus, Web of Science, Google Scholar e outras fontes relevantes. Os termos de busca incluirão combinações de palavras-chave relacionadas ao tema, como "educação", "desenvolvimento sustentável", "promoção", "impacto ambiental", "práticas sustentáveis", entre outros. Serão incluídos estudos acadêmicos, artigos de revisão, relatórios de organizações internacionais e documentos oficiais que abordem a relação entre a educação e o desenvolvimento sustentável em nível nacional e global. Serão excluídos trabalhos que não estejam diretamente relacionados ao tema ou que não apresentem relevância para a análise proposta. Os dados relevantes serão extraídos dos artigos selecionados, incluindo informações sobre metodologias utilizadas, resultados obtidos, conclusões e recomendações. A análise dos dados consistirá na identificação de padrões, tendências e lacunas na literatura existente, destacando a importância da educação na promoção do desenvolvimento sustentável. Os principais achados serão sintetizados e apresentados de forma clara e concisa, organizados de acordo com os temas e subtemas identificados na revisão. Serão destacadas as contribuições da educação para a promoção de práticas sustentáveis em diversas áreas, como meio ambiente, economia, sociedade e cultura. Os resultados serão discutidos à luz das teorias existentes e das políticas públicas vigentes, enfatizando a importância da educação como uma ferramenta fundamental para o avanço do desenvolvimento sustentável nos países.

2 CRISE E CAPITALISMO: UMA DINÂMICA PERMANENTE

As discussões sobre as características do capitalismo, especialmente em sua vertente liberal, frequentemente causam acaloramento nos debates acadêmicos e políticos, pois extrapolam os limites do econômico e, por vezes, abordam questões culturais e sociais. Portanto, é interessante notar que na academia existem diferentes grupos com visões sobre esse sistema.

No entanto, neste artigo, não se tem como objetivo trazer essa discussão de forma abrangente. O foco é apresentar os autores que veem o liberalismo como um sistema defeituoso e propenso a crises. Antes de iniciar essa discussão, entretanto, é importante ressaltar que essa não é uma opinião homogênea entre os economistas e, possivelmente, nem mesmo majoritária. Um exemplo de economista que vê o sistema capitalista liberal de forma mais favorável é Milton Friedman. Vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1976, Friedman (1985) é considerado um dos grandes expoentes do monetarismo, uma escola econômica que defende o uso da política monetária como forma de controlar a inflação. Em linhas gerais, Friedman acreditava que o mercado é o melhor mecanismo para alocar recursos e promover o crescimento econômico, cabendo ao governo desempenhar um papel mínimo na economia (1985).

Com uma postura mais defensora do *laissez-faire*, Sowell (2014) possui uma perspectiva semelhante. Assim como Friedman, ele defende a intervenção mínima do governo na economia, considerando-o uma instituição ineficiente, o que torna o mercado o melhor mecanismo para alocar recursos.

Esses autores representam, de maneira geral, uma escola de pensamento econômico que desconfia da capacidade do Estado em promover o desenvolvimento econômico. Portanto, discordam e veem com maus olhos as tentativas de regulação da economia, defendendo a eficiência do mercado em se autorregular.

Em uma posição mais moderada, tem-se John Maynard Keynes (1992), contemporâneo da crise econômica de 1929. Ele acreditava que o mercado não era capaz de se autorregular. Em sua obra mais famosa, "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda", Keynes (1992) defendeu a intervenção governamental na economia para promover o crescimento econômico e reduzir o hiato do produto.

Seguindo as ideias de pensadores de vertente mais socialista, como Karl Marx e Friedrich Engels, desenvolveu-se uma escola crítica ao capitalismo liberal. Essa interpretação econômica, de maneira geral, enxerga o liberalismo como um sistema falho e propenso a desigualdades e crises, tornando necessária a intervenção do governo na regulação econômica para promover a igualdade e o desenvolvimento (Shaikh, 1983).

Um dos trabalhos mais marcantes nesse sentido foi o artigo escrito por Shaikh (1983). Em seu trabalho, Shaikh argumenta que a economia não é autorregulável e, por isso, está sujeita a colapsos periódicos. Assim, independentemente de pandemias (como a de COVID-19) ou de problemas de superprodução (como a crise de 1929), a crise é uma ocorrência frequente no sistema capitalista.

Outra obra que trata de tema semelhante, porém com afirmações mais críticas, é o livro "A Crise do Neoliberalismo" de Duménil e Lévy (2014). Com uma perspectiva marxista, os autores procuram provar que o neoliberalismo foi um fracasso e prejudicou o desenvolvimento econômico e social da humanidade.

Embora o foco do livro seja comprovar que o neoliberalismo é uma ferramenta para legitimar a hegemonia norte-americana na economia política mundial, ele também discute a desigualdade econômica e social imposta por esse tipo de sistema econômico. Os autores destacam que, como se trata de um regime econômico baseado na desigualdade e no benefício de uma determinada classe, as crises, longe de afetarem igualmente todos os grupos sociais, acabam beneficiando os mais ricos (Duménil, Lévy, 2014).

Mais do que isso, Duménil e Lévy apontam para a insustentabilidade da economia neoliberal, baseando-se em cinco pontos da economia norte-americana. O primeiro trata do crescente déficit da balança comercial dos Estados Unidos. O segundo refere-se à gradual dependência norte-americana de financiamento pelo resto do mundo, principalmente da China. O terceiro aponta para o aumento do consumo e das demandas dos indivíduos, especialmente dos mais ricos. O quarto destaca o crescente endividamento diante dessa demanda. Por último, é observado o decrescente investimento interno. Com base nesses pontos, os autores concluem que a economia norte-americana e o sistema neoliberal como sustentáculo dessa economia estão caminhando para uma crise destrutiva.

Um dos eventos que comprova essa hipótese, segundo os autores, foi a crise imobiliária da década de 2000. No entanto, essa crise não representou a superação desses problemas, apenas

um adiamento de outra crise ainda mais destrutiva para a economia e uma mudança no cenário político internacional que tenderia para um posicionamento mais à direita, o que aumentaria ainda mais a desigualdade econômica mundial.

As reflexões de Shaikh (1983) e Duménil e Lévy (2014) revelam a incapacidade do liberalismo em evitar crises econômicas. Além disso, se levarmos em consideração as afirmações desses dois últimos autores, é preocupante como essas crises atingem de forma mais intensa os mais pobres, aprofundando a desigualdade.

Dessa forma, é possível perceber que existem economistas que apontam falhas sistêmicas dentro do liberalismo e, principalmente, como as crises aprofundam as desigualdades, como ocorreu durante a pandemia de COVID-19. No entanto, é importante notar que as desigualdades não se limitam apenas a indivíduos e grupos sociais, mas também entre nações.

A desigualdade econômica e de desenvolvimento entre os países é um assunto amplamente debatido entre os economistas. Exemplares são as discussões desenvolvidas no âmbito da CEPAL sobre estratégias de desenvolvimento para a América Latina e os motivos pelos quais a região não alcançou as taxas econômicas e sociais desejadas.

Dentro desse contexto, desenvolveu-se a teoria do estruturalismo. Autores como Furtado (2009) e Rodríguez (2009) refletiram sobre aspectos estruturais da economia e da sociedade latino-americana que, teoricamente, explicam seu estado de "subdesenvolvimento". Entre esses aspectos estão a falta de especialização, a baixa diversidade da estrutura produtiva, a estratégia diplomática internacional deficiente, o desequilíbrio social e a oferta limitada de mão de obra.

Na obra de Rodríguez (2009), avança-se para questões que utilizam a dinâmica centro-periferia para buscar alternativas e soluções para o subdesenvolvimento latino-americano. Com uma rica revisão da literatura da CEPAL e uma reflexão frutífera sobre suas conclusões, Rodríguez demonstra que as causas do subdesenvolvimento latino-americano não se limitam a flutuações do mercado, mas estão baseadas em condições históricas que criaram estruturas que persistem independentemente dos desenvolvimentos tecnológicos.

No entanto, essa conclusão não impede um certo otimismo e esperança para esses países. O autor reconhece que investimentos em alta tecnologia, educação, diminuição das desigualdades e participação popular na política podem fazer com que a América Latina supere seu estado de subdesenvolvimento de uma forma singular.

Além disso, Rodríguez mostra que é necessário diversificar a economia dos países latino-americanos. Isso porque essas nações não podem basear seu desenvolvimento apenas no modelo exportador, que é dependente das flutuações do mercado e ocupado por concorrentes mais desenvolvidos.

Uma alternativa seria a expansão do mercado interno e um equilíbrio do setor produtivo nacional entre o investimento interno e externo (Rodríguez, 2009). Portanto, medidas como o investimento estatal em educação e tecnologia, alterações econômicas, como políticas cambiais, aumento da participação popular na política e diminuição das desigualdades sociais, tornam-se necessárias para esses países.

Ainda na CEPAL, Osvaldo Sunkel e Pedro Paz (1988) ofereceram outra reflexão sobre o subdesenvolvimento latino-americano a partir da teoria do desenvolvimento. Apropriando-se das teorias históricas e da dinâmica de centro e periferia exploradas por outros autores, Sunkel e Paz apresentam uma interpretação na qual os motivos do subdesenvolvimento da América Latina estão na marginalização histórica desse continente. Eventos como a Revolução Industrial ou

reflexões sobre economia política, desenvolvidas primeiramente na Europa e nos Estados Unidos, deixaram a América em uma posição desfavorável e marginal, legando uma herança de atraso e periferia no desenvolvimento capitalista.

Essa interpretação, no entanto, não deve enviesar uma estratégia única para o desenvolvimento dos países. Por isso, Sunkel e Paz (1988) propõem, a partir da singularidade histórica latino-americana, uma nova teoria do desenvolvimento alicerçada na independência econômica e da justiça social. De forma semelhante a Rodríguez (2009), os autores defendem o fortalecimento dos setores produtivos internos, a preservação do meio ambiente e a diminuição da desigualdade social.

Observa-se que esses autores (Sunkel; Paz, 1988; Rodríguez, 2009) enfatizam a necessidade de um desenvolvimento sustentável para a América Latina. Embasando sua argumentação em elementos históricos e internacionais, o subdesenvolvimento latino-americano é visto como uma condição a ser enfrentada e superada não apenas por meio da industrialização.

Embora esses livros tenham sido escritos na década de 1970 e tenham sido alvo de muitas críticas ao longo das décadas, suas preocupações e conclusões são atuais. Aliás, a preocupação com o desenvolvimento sustentável está entre as metas da ONU desde 2016.

Entre as metas estabelecidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são organizados em 17 tópicos. Esses objetivos abrangem desde a erradicação da pobreza e da fome até a preservação da vida terrestre e aquática, inovação tecnológica, educação de qualidade e muitos outros. Esses objetivos podem ser consultados integralmente no site da ONU (Nações Unidas Brasil, 2024).

Acredita-se que as metas e objetivos propostos pelas ODS são essenciais para um desenvolvimento sustentável a longo prazo. Embora uma reflexão abrangente sobre como esses objetivos contribuem em conjunto para a superação de problemas inerentes ao liberalismo, como a desigualdade social e uma atitude agressiva em relação ao meio ambiente, seja necessária, acreditamos que o ODS 4, que diz respeito à Educação de Qualidade, pode ser a base para promover os demais objetivos. Portanto, no próximo tópico, explorara-se melhor as metas específicas desse ODS.

3 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: UMA META DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O quarto ODS da ONU é a instituição de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade que garanta a oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos. Considera-se essa meta essencial para as demais, uma vez que a diminuição das desigualdades, a preservação do meio ambiente, a inovação tecnológica e a ordem social dependem, de certa forma, de uma educação eficaz e igualitária nas sociedades.

No entanto, é importante ressaltar que apenas o investimento na educação não é capaz de promover a educação sustentável de um país. Conforme nos mostra Castelar (2009), é necessário criar uma estratégia que sustente um projeto consistente. Essa estratégia deve ser descrita a partir de metas, instrumentos e responsabilidades mensuráveis, factíveis e legítimas que se tornem objeto de comprometimento governamental.

Refletindo sobre os pontos possíveis de uma estratégia de desenvolvimento, Delfim Netto e Ikeda (2009) elencaram doze pontos necessários para uma estratégia sustentável e historicamente sólida. Dentre eles, o primeiro consiste em prover cinco bens públicos essenciais à construção de uma sociedade "razoável": igualdade na oportunidade de acesso à educação e

saúde, sólida estrutura de segurança e justiça, proteção da propriedade privada, funcionamento de um sistema de alocação de produtos eficaz e garantia da estabilidade do poder de compra da moeda nacional.

Assim, é possível observar que tanto a ONU como economistas têm considerado a importância da educação para a promoção do desenvolvimento dos países, tornando-a um elemento de debate e até mesmo de disputa ideológica.

Essa concepção é reforçada pela discussão empreendida por Menezes Filho (2009), para quem a educação é um dos principais mecanismos para tirar as pessoas da pobreza e possibilitar seu acesso ao mercado de trabalho. Além disso, Menezes Filho (2009) afirma que o investimento na educação permite que os países diminuam a desigualdade de renda e aumentem a produtividade, uma vez que a adoção de novas tecnologias promove um desenvolvimento sustentável ao longo prazo.

As reflexões de Menezes Filho (2009) sobre a história da educação no Brasil e sua relação com o desenvolvimento do país são especialmente relevantes para este artigo. Por meio de uma análise em perspectiva histórica, o autor observa que durante grande parte do século XX o Brasil investiu seus recursos em políticas industriais e regionais que, embora tenham gerado crescimento acelerado por algum tempo, foram rapidamente inviabilizadas e limitadas pela restrição educacional da mão de obra brasileira. Além disso, o autor destaca que atualmente, com o acelerado desenvolvimento tecnológico e o ritmo acelerado de startups, o Brasil tem perdido espaço na corrida tecnológica devido à falta de mão de obra especializada.

Comparando os dados brasileiros com os de outros países, Menezes Filho (2009) aponta que as taxas de matrícula no ensino superior no Brasil são inferiores às de países como Coreia do Sul, Austrália, Rússia, Japão e até mesmo Argentina. Um reflexo dessa baixa quantidade de matrículas é a escassez de mão de obra qualificada para as empresas brasileiras, frequentemente noticiada em relatórios e sites de informação (Menezes Filho, 2009).

No entanto, mais do que a baixa taxa de matrícula em cursos superiores, o maior problema é a baixa qualidade da educação. Conforme Menezes Filho (2009), é alta a quantidade de estudantes que se formam sem saber realizar operações básicas de matemática ou com sérios problemas de escrita e comunicação em língua portuguesa. O autor reconhece que o simples investimento na educação não resolveria o problema, uma vez que existem outros fatores relacionados ao ambiente familiar do aluno, mas argumenta que um tratamento mais estratégico da educação poderia, a longo prazo, diminuir essas adversidades.

Diante disso, Menezes Filho (2009) destaca e elogia algumas atitudes do governo federal que preveem maior investimento na educação. Estratégias como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que criaram métricas de qualificação da educação pública, e as metas instituídas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), servem como parâmetro e incentivo para o investimento estratégico na educação pública brasileira.

Esse investimento estratégico, segundo Menezes Filho (2009), não deve depender da educação privada. O autor se posiciona contra o repasse da responsabilidade do Estado em promover educação de qualidade por meio de vales ou escolas "charter", seguindo o modelo norte-americano. Segundo o autor, o investimento e a estratégia devem ser feitos e realizados pelo Estado, que precisa assumir sua responsabilidade na promoção de uma educação de qualidade e igualitária.

A preocupação exposta por Menezes Filho (2009) em relação à necessidade de desenvolver uma educação de qualidade como estratégia de desenvolvimento sustentável, colocando-a como uma responsabilidade do Estado, nos faz lembrar das críticas feitas por Ha-Joon Chang (2003) às exigências feitas pelos "países atualmente desenvolvidos (PADs)" aos países em "desenvolvimento".

Chang (2003) ressalta que a história revela que os países desenvolvidos não adotaram as mesmas políticas que estão sendo exigidas dos países em desenvolvimento atualmente. Na verdade, a maioria deles aplicou políticas opostas às que defendem, protegendo o mercado interno, se endividando e intervindo em outros países.

De acordo com Chang (2003), os países em desenvolvimento atualmente, apesar das pressões mencionadas, têm alcançado taxas de crescimento mais elevadas do que os países desenvolvidos. Para impulsionar esse desenvolvimento, é necessário "chutar a escada", ou seja, ignorar grande parte das exigências dos países desenvolvidos e de suas instituições, investir no mercado interno e adotar políticas e instituições mais adequadas ao estágio de desenvolvimento em que se encontram.

Outra obra interessante é de Sen (2010), onde o autor mostra como o desenvolvimento está aliado à expansão das liberdades e direitos individuais. Portanto, Sen (2010) conclui que o desenvolvimento não deve se concentrar apenas em questões financeiras, mas também nas liberdades e na qualidade de vida, uma vez que o simples crescimento econômico não é capaz de promover o desenvolvimento humano. Nesse contexto, o autor destaca a educação como uma prioridade de investimento estatal, pois ela oferece oportunidades para que a população participe diretamente da expansão econômica e se integre socialmente.

A preocupação com a adoção de políticas adequadas ao estágio atual de desenvolvimento dos países é um tema constante de discussão na CEPAL. Um dos documentos mais relevantes sobre o assunto foi o relatório do Trigésimo Terceiro Período de Sessões da CEPAL, realizado em Brasília em 2010, intitulado "A Hora da Igualdade: brechas por selar, caminhos por abrir" (2010). O documento é especialmente interessante por ter sido escrito logo após a crise econômica de 2008. Nele, são apresentados planos e ações necessárias, segundo os debatedores, para que a América Latina possa superar a crise e aproveitar as oportunidades geradas por ela.

Entre as discussões econômicas e políticas, dois valores se mostram particularmente importantes. Primeiro, há uma discussão proveitosa sobre a importância da igualdade no futuro. Para os redatores, a vida democrática abre espaço para discussões e defesa de direitos sociais e culturais, tornando a economia um campo importante para a luta por mais igualdade social. Nesse sentido, o Estado deve desempenhar um papel ativo no investimento em políticas sociais, adotando políticas de transferência de renda e garantindo acesso à saúde, seguridade social e educação de qualidade.

A educação de qualidade, de acordo com o relatório, oferece oportunidades para reduzir as diferenças salariais, compreender as dinâmicas sociais e aumentar a segurança no emprego. Além disso, ela facilita a inserção de grupos menos privilegiados no mercado de trabalho (CEPAL; 2010).

Pode-se observar que, em contraposição à escola econômica associada a Hayek e Friedman mencionada na introdução deste artigo, há uma tendência econômica que valoriza o investimento e a intervenção do Estado na economia para garantir serviços de qualidade. Entre esses serviços, é praticamente consenso entre os autores citados e a ONU que a educação é uma prioridade, uma

vez que ela promove a igualdade e o desenvolvimento econômico, estando entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela instituição.

Um olhar mais atento à ODS 4, que trata especificamente da Educação de Qualidade, nos revela o que a instituição entende por isso. São dispostos dez objetivos a serem atendidos até 2030:

- 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
- 4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário
- 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade
- 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
- 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade
- 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática
- 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
- 4.8 Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
- 4.9 Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
- 4.10 Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (Nações Unidas Brasil, 2023).

De fato, a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento sustentável, abrangendo não apenas a educação infantil e juvenil, mas também a educação técnica e profissional para adultos. A meta 4.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU destaca a necessidade de os alunos adquirirem conhecimentos e habilidades para promover o desenvolvimento sustentável, abrangendo não apenas a questão ambiental, mas também a justiça social e a diversidade cultural.

As discussões realizadas pela CEPAL ao longo do tempo, tanto nas décadas de 1970 quanto no relatório mencionado, convergem para as possibilidades que estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Além disso, fica evidente que a educação é um

elemento crucial para alcançar esse desenvolvimento, sendo considerada um pilar na formação do ser humano.

Um estudo interessante que ilustra e comprova o impacto do investimento na educação em uma região específica é o artigo "Impactos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana em Foz do Iguaçu", de Batista e Oliveira (2019). Nesse trabalho, os pesquisadores mostram, por meio de dados quantitativos, como a presença da UNILA na região teve impactos significativos nos índices locais.

Baseados nas reflexões de Chiarello (2015) sobre o papel da universidade no desenvolvimento regional e nos três eixos de Etzkowit, Batista e Oliveira (2019) demonstram como a inserção de instituições de ensino, como uma universidade, modifica o cenário regional.

No entanto, é comum que a presença de uma universidade fortaleça o mercado local. Além do aumento do fluxo de pessoas, a região se torna um centro de formação de mão de obra qualificada, o que torna estratégica a escolha do local para a instalação de uma universidade.

Ao estudar o caso específico da UNILA, Batista e Oliveira (2019) observaram um aumento gradual na arrecadação do município de Foz do Iguaçu desde sua implementação. Com base nesses dados, os autores concluíram que há uma correlação entre a arrecadação de impostos do município e os gastos gerais da UNILA, evidenciando a importância da universidade como geradora de renda para o desenvolvimento regional.

Além das questões financeiras, a universidade também contribui para o crescimento social da região. Ao ser implantada em uma área de fronteira, a UNILA serve como polo de atração para brasileiros, paraguaios e argentinos, promovendo uma maior internacionalização da região e gerando contatos culturais e sociais mais amplos para seus habitantes.

Dessa forma, fica claro que a universidade não apenas impulsiona o desenvolvimento econômico, mas também contribui para o desenvolvimento social e cultural. Esses aspectos nos lembram que o desenvolvimento não se restringe a questões financeiras, mas também abrange o aspecto social.

Do mesmo modo, se nos atentarmos para os índices de desenvolvimento dos países notamos que a relação entre educação e desenvolvimento também se dá em outras regiões do mundo. Comparando os dados disponibilizados por um relatório (OECD, 2019) produzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre os investimentos públicos na educação até 2019, e os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) expostos no relatório da ONU (ONU, 2021) até 2021, países com maior nível de investimento em educação figuram com IDH de nível altos de desenvolvimento, como podemos notar na tabela abaixo:

Tabela 1 - Comparação entre investimentos proporcionais em educação e IDH

País	Ranking em investimento em educação (2019)	IDH (2021)
Luxemburgo	1º	0,930
Áustria	2º	0,916
Bélgica	3º	0,937
Noruega	4º	0,961
Estados Unidos	5º	0,921

Coreia do Sul	6º	0,925
Suécia	7º	0,947
Canadá	8º	0,936
França	9º	0,903
Holanda	10º	0,941

Fonte: OECD, 2019; ONU, 2021.

É possível observar, a partir dos dados acima, como o investimento em educação relaciona-se diretamente com o desenvolvimento humano. Tal associação ocorre porque investir em educação trata-se de uma estratégia, de uma política nacional, que gera frutos econômicos e sociais sólidos.

Todavia, o simples investimento não é capaz de gerar benefícios. Segundo o relatório da OCDE (2019), o país só investe menos proporcionalmente do que a Suécia, a Bélgica, a Islândia, a Finlândia e a Noruega. Ainda assim permanece mal colocado no ranking do IDH ocupando apenas a 87ª posição, atrás de nações com investimentos muito inferiores como Brunei Darussalã, Omã, Trindade e Tobago, Irão e México, por exemplo.

Uma das razões dessa discrepância pode ser a incapacidade do governo em gerir os investimentos, em evitar a corrupção que drena as verbas direcionadas à educação ou mesmo de criar um sólido plano para a educação do Brasil podem ser algumas razões dessa diferença (Chiarelo, 2015).

Assim, ainda que a educação seja um elemento fundamental na construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, ela não pode ser tratada de forma exclusiva. É necessário preocupar-se com outras questões como a diminuição da desigualdade social, igualdade de oportunidades e justiça, preservação do meio ambiente, acesso a moradias e outros direitos humanos essenciais.

A educação, por óbvio, é uma ferramenta para que esses direitos sejam alcançados. Um interessante exemplo é o crescente investimento dos governos na educação inclusiva. Assim, por pressão pública ou não, as gestões estão se preocupando em dar maior acessibilidade e atendimento especializado à portadores de deficiência, fazendo da educação um dos espaços mais inclusivos e qualificados, o que, aliás, também é uma das metas de desenvolvimento sustentável da ONU.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento econômico é, de fato, uma meta importante para muitos governos, pois está relacionado à legitimidade de sua autoridade, ao fortalecimento de suas nações e ao apoio popular. No entanto, é fundamental compreender que o desenvolvimento econômico não pode ser o único objetivo a ser perseguido. O capitalismo liberal, como mencionado anteriormente, é um sistema suscetível a crises e flutuações de mercado, e o desenvolvimento econômico por si só não garante liberdades individuais nem qualidade de vida.

É nesse contexto que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU desempenham um papel crucial. O ODS 4, que trata da educação, chama a atenção para a importância de considerá-la como uma estratégia de desenvolvimento. A revisão da literatura

realizada no artigo revela como diversos economistas veem a educação como uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento nacional.

Embora alguns economistas questionem a capacidade do Estado em fornecer serviços de qualidade, parte dos estudiosos, principalmente aqueles ligados à CEPAL ou com uma visão menos neoliberal, acredita que o Estado desempenha um papel central na promoção de serviços públicos eficientes, como a educação.

Isso se deve ao fato de que a educação de qualidade e igualitária proporciona várias vantagens e avanços econômicos e sociais. Primeiro, possibilita que pessoas e grupos menos privilegiados tenham acesso a empregos mais bem remunerados e mais seguros, reduzindo a desigualdade econômica nos países. Segundo, contribui para a diminuição das desigualdades sociais e preconceitos, como a desigualdade de gênero. Terceiro, um sistema educacional sólido impulsiona o desenvolvimento tecnológico, favorecendo as empresas em um mundo cada vez mais competitivo.

O exemplo da implantação da UNILA em Foz do Iguaçu, discutido por Batista e Oliveira (2019), ilustra como a educação pode não apenas aumentar a arrecadação de impostos, mas também enriquecer uma região culturalmente ao atrair pessoas de diferentes nacionalidades e condições sociais.

A educação é um componente essencial em qualquer plano de desenvolvimento sustentável. Portanto, é crucial que economistas, governantes e outras autoridades envolvidas no planejamento de governos e investimentos estejam atentos à necessidade de construir um sistema educacional eficaz e igualitário como base para um plano de desenvolvimento sustentável para a população brasileira.

Diante da análise sobre a relação entre educação e desenvolvimento, é evidente que a insuficiência de investimentos constitui um dos principais desafios a serem enfrentados. A educação é indiscutivelmente um pilar fundamental para o progresso socioeconômico de uma nação, pois contribui não apenas para o crescimento econômico, mas também para a redução das desigualdades sociais e para o fortalecimento da cidadania. No entanto, a falta de recursos destinados à educação compromete seriamente a qualidade do ensino, a formação dos indivíduos e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é imprescindível que os governos e demais instituições priorizem investimentos significativos na área educacional, garantindo acesso universal à educação de qualidade em todos os níveis, desde a educação básica até o ensino superior, bem como promovendo a formação continuada de professores e a implementação de políticas educacionais eficazes. Somente por meio de um comprometimento real com a educação será possível alcançar um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e duradouro.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Isis Dechechi; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Impactos da Universidade Federal da Integração Latino-americana em Foz do Iguaçu. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, jun./2019.

CASTELAR, Armando. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

CHIARELLO, I. S. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Revista Extensão em Foco**, Caçador, SC, v. 3, n. 1, p. 240-57, 2015.

DELFIN NETTO, Antonio; IKEDA, Akihiro. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2009.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1992.

CEPAL. LA HORA de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir. Brasília: CEPAL, 2010.

CEPAL. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>>. Acesso em 19 de julho de 2023.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENEZES FILHO, Naercio Aquino. Qualidade da educação. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2009.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Como as Nações Unidas apoiam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 19 de julho de 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>>. Acesso em 19 de julho de 2023.

OECD. **Education at a Glance 2020**: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2021.

RODRIGUEZ ARAUJO, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

ONU. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022**, 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHAIKH, Anwar. **Uma introdução à história das teorias de crise**. Ensaios FEE. 1983.

SOWELL, Thomas. **Basic Economics**: A Common-Sense Guide to the Economy. Nova York: Basic Books, 2014.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. Siglo XX Editores. 1988.

WORLD BANK. **Pobreza e desigualdade no Brasil: Pandemia complica velhos problemas e gera novos desafios para população vulnerável**. Disponível em:
<<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/07/14/pobreza-e-desigualdade-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel>>. Acesso em 19 de julho de 2023.